

Polícia Civil investiga a origem do balão que caiu sobre residências em Itambacuri



O fato aconteceu na noite de domingo (10/07), na Rua Coronel Francisco Bessa, Bairro Várzea, em Itambacuri. Uma equipe da Polícia Militar fazia patrulhamento pelo centro da cidade e avistou um balão de grandes proporções sobrevoando os arredores do Bairro Várzea, e percebeu que ele estava perdendo altitude rapidamente, fez o acompanhamento para uma possível intervenção. **Página 6**

"Consulta Cidadão" está disponível no portal do TRT de Minas Gerais

Página 2

Educadores do Jequitinhonha e Mucuri rechaçam o Mãos Dadas



O projeto Mãos Dadas, que prevê a municipalização dos anos iniciais do ensino fundamental, foi rechaçado por lideranças políticas, educadores e comunidade escolar dos vales do Jequitinhonha e Mucuri. A proposta do Governo de Minas foi tema de audiência da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realizada em Araçuaí, na sexta-feira (08/07/22). Participantes também questionaram o processo de municipalização já realizado em algumas escolas da região. **Página 3**

Partidos devem indicar representantes para reunião sobre nova versão do Sistema de Candidaturas



O presidente do TSE, ministro Edson Fachin, convocou os partidos políticos para participarem da apresentação da nova versão do Sistema de Candidaturas – Módulo Externo (CANDex). Participantes deverão confirmar presença pelo e-mail sjd@tse.jus.br ou pelo número (61) 3030-7925. **Página 2**

Polícia Civil prende suspeitos de praticarem estelionato na cidade de Teófilo Otoni



A Polícia Civil de Minas Gerais, por meio da Delegacia de Crimes Cibernéticos e Delegacia Adjunta de Tóxicos e Entorpecentes da 1ª DRPC de Teófilo Otoni, prendeu na manhã de sexta-feira (08/07), três suspeitos que estariam praticando crime de estelionato, sendo dois do Estado do Espírito Santo e um do Estado do Tocantins, que estavam hospedados em um hotel nesta cidade, onde atendiam às vítimas. **Página 2**



Página 5

Por Humberto Barbosa

Estamos contratando **PCD**
(Pessoas com deficiência)

“
**VENHA FAZER PARTE
DA NOSSA EQUIPE!**
”

INDIANA DROGARIA
PERFUMARIA
MANIPULAÇÃO
Porque se é para o seu bem, a Indiana tem.

Deixe seu currículo em uma de nossas lojas ou pelo e-mail: assistenterh@farmaciaindiana.com.br

Partidos devem indicar representantes para reunião sobre nova versão do Sistema de Candidaturas

Em 2022, ferramenta passará a atribuir automaticamente número de vices e suplentes, que deverão acompanhar numeração de titulares



O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin, convocou os partidos políticos para participarem da apresentação da nova versão do Sistema de Candidaturas – Módulo Externo (CANDex). É por meio dessa ferramenta que as agremiações, federações e coligações enviam as atas das convenções partidárias e os pedidos de registro de candidatura.

Por meio de ofício enviado às presidências das legendas, Fachin solicitou que fossem indicados representantes para comparecerem ao auditório do Tribunal na próxima quarta-

feira (13), das 15h às 17h, data em que participarão de reunião com técnicos da Corte Eleitoral. Na ocasião, serão apresentados aos operadores do sistema os novos recursos disponibilizados no CANDex.

Em 2022, a ferramenta foi adaptada para incorporar a inovação legal que instituiu as federações partidárias, bem como para atribuir automaticamente o número de candidatura aos vices e suplentes, que passarão a acompanhar a numeração dos titulares. Também será possível incluir, por meio do CANDex, o nome fonético de candidatas e candida-

tos para uso de recursos de acessibilidade da urna eletrônica. A Secretaria Judiciária do TSE está à frente da organização do encontro e apresentará os aprimoramentos feitos no sistema de candidatura aos partidos políticos.

Confirmação de presença - As pessoas que forem representar as agremiações na reunião deverão confirmar presença pelo e-mail sjd@tse.jus.br ou pelo número (61) 3030-7925. Eventuais dúvidas que surgirem sobre o assunto poderão ser remetidas via e-mail ou fornecidas pelo mesmo número de telefone. (TSE).

"Consulta Cidadão" está disponível no portal do TRT de Minas Gerais



O Consulta Cidadão é um mecanismo que apresenta informações com linguagem acessível aos cidadãos por meio da tradução de termos técnicos e jurídicos de difícil compreensão. Em outras palavras, busca traduzir o “juridiquês” do painel de tramitação processual do PJe para uma linguagem mais acessível à sociedade. Para acessar a ferramen-

ta no site (<https://pje.trt3.jus.br/consultaprocessual/consulta-cidadao>), basta clicar na aba “Serviços” e buscá-la no menu “Processo Judicial Eletrônico”.

A solução foi apresentada durante o Hackathon Inova, do TRT da 12ª Região (SC), uma maratona tecnológica realizada em setembro de 2019 e que resultou em 12 projetos. A iniciativa propôs uma nova

forma de pensar a Consulta Processual do PJe, com identificação intuitiva da fase do processo trabalhista e apresentação de informações relevantes em linguagem fácil, que evitem telefonemas ou comparecimentos à Vara do Trabalho pelas partes do processo para tirar dúvidas que podem ser facilmente sanadas com o Consulta Cidadão. (Informações/Imagem: TRT-MG).

Polícia Civil prende suspeitos de praticarem estelionato na cidade de Teófilo Otoni



A Polícia Civil de Minas Gerais, por meio da Delegacia de Crimes Cibernéticos e Delegacia Adjunta de Tóxicos e Entorpecentes da 1ª DRPC de Teófilo Otoni, prendeu na manhã de sexta-feira (08/07), três suspeitos que estariam praticando crime de estelionato, sendo dois do Estado do Espírito Santo e um do Estado do Tocantins, que estavam hospedados em um hotel nesta cidade, onde atendiam às vítimas.

O delegado Robert Carvalhaes, disse que assim que recebeu a notícia que estaria ocorrendo o crime de estelionato, uma equipe foi ao hotel onde estavam os estelionatários. Segundo ele, o que seria uma vítima percebeu que estava acontecendo alguma coisa estranha, foi até a delegacia, informou que fez um contrato de compra e venda de imóvel, recebeu um boleto para pagamento, mas não tinha nenhum contrato que pudesse lhe assegurar que pagando ele receberia o bem.

“Os investigadores da Polícia Civil prontamente foram ao local onde esses estelionatários estavam, e chegando lá, eles encontraram um grupo, algo em torno de cinco pessoas, com credenciais da Caixa Econômica Federal, com banners do Banco Itaú, falando que eram representantes da Caixa Econômica Federal, e que



estavam ali para facilitar a compra de imóveis. Os investigadores pediram as credenciais do banco, eles não tinham. E esses estelionatários não conseguiram provar que eles estavam ali a serviço da CEF ou de algum outro banco, mas sim de uma financeira que nunca ninguém ouviu falar, proveniente do Estado do Espírito Santo”, informou o dr. Robert.

Segundo o delegado, o crime consistia na oferta de imóveis residenciais para vender, mas eles não tinham esses imóveis. Chegaram a publicar nas redes sociais diversas fotos de imóveis que existiriam nesta região. De fato existem fotos de imóveis de Teófilo Otoni, e eles publicaram essas fotos dizendo que vendiam tais imóveis, e quando a polícia chegou, eles disseram que não vendem, que fazem um consórcio. “Não tinha nenhum contrato de consórcio, não tinha nada”, disse o delegado.

O Golpe consistia em atrair o interessado em

comprar um imóvel em Teófilo Otoni por preços bem abaixo do mercado. Eram solicitados pelos estelionatários pagamentos antecipados de parte dos valores dos citados imóveis, no entanto, os imóveis não existiam nos endereços anunciados. A Polícia Civil prendeu os envolvidos e constatou que alguns deles já tinham passagens policiais nos estados de origem. Nesta data, todos eles foram autuados em flagrante delito e suas prisões foram convertidas em prisões preventivas.

O dr. Robert destaca que a Polícia Civil chegou ao grupo através de denúncia da vítima, mas esse tipo de golpe já está ocorrendo há muito tempo, e ele tem feito várias vítimas em Teófilo Otoni. Equipe: delegado Robert Carvalhaes Levy. Escrivães: Danilo Soares, Larissa Syngrid e Gerson Lucas. Investigadores: Zeli Luiz, Ricardo Lemos, Thiago Machado, Rafael Hirle e André Ferreira. (Informações/Fotos: PCMG/ Teófilo Otoni).

Educadores do Jequitinhonha e Mucuri rechaçam o Mãos Dadas

Projeto que municipaliza o ensino fundamental foi criticado também por lideranças políticas e comunidade escolar

O projeto Mãos Dadas, que prevê a municipalização dos anos iniciais do ensino fundamental, foi rechaçado por lideranças políticas, educadores e comunidade escolar dos vales do Jequitinhonha e Mucuri. A proposta do Governo de Minas foi tema de audiência da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realizada em Araçuaí, nesta sexta-feira (08/07/22). Participantes também questionaram o processo de municipalização já realizado em algumas escolas da região. A audiência foi solicitada pela presidenta da comissão, deputada Beatriz Cerqueira, para quem a municipalização faz o desmonte das escolas estaduais.

Ela lembrou que o governo lançou o Mãos Dadas como um programa, mas foi alertado pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) que a municipalização não poderia ser feita sem autorização legislativa. Por isso, as câmaras precisam aprovar e ainda tramitar na ALMG o Projeto de Lei (PL) 2.657/21, que trata do Mãos Dadas.

A iniciativa prevê, segundo o próprio Executivo, repasse de recursos técnicos, materiais e financeiros aos municípios para que ampliem a oferta dos anos iniciais do ensino fundamental. Beatriz Cerqueira destacou que recursos vultosos estão sendo propostos, mas em parcela única. “O projeto não prevê o custeio, que ficará por toda a vida com as prefeituras”, reforçou. Ela ainda listou como impactos a redução da remuneração de servidores e a coabitação de escolas municipais e estaduais.

De acordo com a parlamentar, a Secretaria de Estado da Educação já anunciou que não vai mais ceder servidores aos municípios, em função de decisão do Supremo Tribunal Federal. Além disso, com a iminente adesão de Minas ao Regime de Recuperação Fiscal, ficam vedadas a transferência de recursos e a celebração de convênios. “O governo do Estado



se desobriga e isso só é bom pra ele”, enfatizou.

Uma das principais queixas dos participantes da audiência foi sobre a falta de discussão do projeto com as comunidades. Pelo executivo estadual e também pelos legislativos municipais. Pelos impactos previstos, o projeto foi até apelidado de “Mãos Amputadas”. E algumas cidades já fizeram essa transição. Em Virgem da Lapa, a municipalização foi aprovada pelo legislativo local, mesmo com a posição contrária da comunidade, conforme relatou Marcos Wilson, representante dos pais de alunos. Para ele, o processo foi uma “fraude”. Isaura de Souza, professora da rede estadual local, acrescentou que após assumirem o compromisso de não acatar a proposta, os vereadores a aprovaram. O município, segundo ela, recebeu R\$ 40 milhões.

Outro pai de aluno de Virgem da Lapa, Wilson Lopes de Lima, se disse envergonhado pela forma como a municipalização foi feita e afirmou que o Ministério Público local também está “se fazendo de desentendido”. Salinas foi outro município que aderiu à municipalização com compra do voto de um vereador, segundo Jewesley Mendes Freire, diretor do Sindi-UTE local.

A cidade teria recebido R\$ 24,5 milhões. Mas, segundo Jewesley, cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontam perdas de R\$ 123 milhões para o município em cinco anos. Essas perdas refletem desde a redução de salários das professoras estaduais afastadas das

salas de aula até a compra de merenda fora do município, feita por consórcios de prefeituras, enquanto o Estado faz a compra local.

Também em Itaobim, uma escola foi municipalizada. “Foi tudo na surdina. Os vereadores se disseram contrários, mas aprovaram”, afirmou José Antônio Vieira, diretor do Sindi-UTE. Segundo ele, o repasse inicial para o município era de R\$ 750 mil, mas fechou em R\$ 2 milhões.

“Em Araçuaí, vai ter debate”, garantiu o vereador Danilo Borges. Segundo ele, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade um projeto prevendo que toda proposta de municipalização da educação será precedida de consulta prévia à comunidade escolar e audiência pública. A proposta aguarda sanção, mas o vereador salientou que a discussão do Mãos Dadas já ocorre “na surdina” em Araçuaí, em função dos recursos oferecidos.

Projeto semelhante já foi sancionado em Jequitinhonha. “O Mãos Dadas chegou por um e-mail perguntando qual o valor o município queria”, denunciou o vereador Natan Cardoso. Segundo ele, mesmo sabendo das necessidades do município, ficou claro que o projeto traria o sucateamento da educação. O vereador destacou que foi por meio das audiências sobre o tema já realizadas na ALMG que ele reuniu argumentos para ajudar a “enterrar” o projeto no município. Outros vereadores de Araçuaí, Diamantina e Jequitinhonha também participaram e destacaram os impactos do projeto e a situação precária em que já se encontra a educação infantil nesses municípios.

PODCAST MOMENTO INSS Empréstimo Consignado com benefício BPC

Além dos segurados do INSS, os beneficiários do benefício assistencial de Prestação Continuada, o BPC, também podem contratar empréstimo consignado. Nesse caso, o desconto também é feito diretamente no pagamento do benefício. Para entendermos mais sobre as regras e ações de segurança como o bloqueio do consignado, convidamos nesta edição do podcast Momento INSS a servidora Lídia Lopes, do setor de manutenção de benefícios da Sudeste II, em Minas e Espírito Santo.

Lídia, primeiro, explica pra gente, o empréstimo consignado dos beneficiários e pensionistas do INSS é feito pelo próprio Instituto?

O empréstimo consignado é uma operação financeira realizada entre o beneficiário e a instituição bancária. Ao INSS compete realizar os descontos no pagamento do benefício.

Quais são as principais regras que limitam a contratação de crédito consignado para novos aposentados e pensionistas?

O empréstimo consignado obedece regras, como a existência de uma margem consignada, que limita o valor disponível para o desconto no benefício. Outra regra, que visa proteger os segurados, é o bloqueio existente em novos benefícios. É importante destacar que todo benefício fica bloqueado pelo prazo de 90 dias a partir da data de sua concessão. Somente após esse prazo de 90 dias, o beneficiário pode solicitar, se for de seu interesse, o desbloqueio do benefício para empréstimo consignado. Se a solicitação não for realizada, o benefício



continua bloqueado para operações de consignado.

Há alguma diferença nas regras para quem recebe o benefício assistencial BPC?

As regras de contratação de empréstimo consignado valem para todos os benefícios previdenciários e para o Benefício de Prestação Continuada, o BPC/Loas. Lembramos que os beneficiários do BPC passaram a ter a possibilidade de contratar empréstimos consignados desde março deste ano. É importante ressaltar que todos os Benefícios de Prestação Continuada, mesmo os mais antigos, estão bloqueados para empréstimo. Então, o beneficiário que tiver interesse em contratar um empréstimo consignado deverá solicitar o desbloqueio. Também é importante destacar que as instituições bancárias não podem oferecer esse tipo de empréstimo por telefone ou WhatsApp pelo prazo de 180 dias após a concessão do benefício. Além disso, para proteger os beneficiários, não é permitida a contratação de empréstimo consignado por telefone ou WhatsApp.

Onde o beneficiário do BPC e segurados do INSS podem solicitar o desbloqueio para solicitar empréstimo consignado?

O desbloqueio para solicitação de empréstimo pode ser feito pelo

aplicativo Meu INSS, se o cidadão tiver selo prata ou ouro, ou pela Central 135. Porém, no caso da solicitação através da Central 135, o titular do benefício deverá comparecer a uma agência do INSS, para apresentação dos documentos pessoais e conclusão do desbloqueio. É necessário ressaltar que somente os benefícios desbloqueados podem obter um empréstimo consignado.

E já que estamos falando sobre o BPC, pra finalizar, explique o que é esse benefício assistencial.

O BPC é o Benefício de Prestação Continuada, que garante um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuírem meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. Além disso, sua renda mensal familiar, por pessoa, deve ser de até 1/4 do salário mínimo vigente. Para realizar o pagamento do benefício, o INSS considera a inscrição no CadÚnico e no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

Em caso de dúvidas, os beneficiários podem ligar para a Central Telefônica 135, que funciona de segunda a sábado, das 7h às 22h. Essa foi mais uma edição do podcast Momento INSS. Nós ficamos por aqui, até a próxima. (Assessoria de Comunicação Superintendência Regional Sudeste II – MG – INSS).



Ballet Clássico, Ballet Contemporâneo, Dança do Ventre, Zumba, Hip Hope, Fit Dance e Dança de Salão. Venha fazer, gratuitamente, uma aula experimental.

Rua Pastor Hollerbach, 218 A • Grão Pará
(33) 3522-3471 • (33) 98750-1641 • (33) 98750-1644 | Teófilo Otoni/MG

Servidores de institutos federais reivindicam reajuste

Recomposição de 19,99% nos vencimentos e nos auxílios pagos aos servidores; pagamento do piso salarial dos técnicos administrativos; investimentos em infraestrutura nos campi; manutenção das bolsas de permanência estudantil e de pesquisa e extensão. Estas foram as principais reivindicações apresentadas, em audiência pública realizada nesta sexta-feira (08/07/22), pela Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

As demandas foram trazidas pelo coordenador-geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), Pedro Luiz Teixeira de Camargo. Ele foi um dos participantes da reunião, juntamente com representantes de outras entidades sindicais. Na audiência, que debateu a situação dos servidores dos institutos federais, foi apresentada uma pauta ampla, de combate ao desmonte da educação, evidenciado principalmente pelo corte de recursos nas instituições federais de ensino.

Na avaliação de Pedro Camargo, é “triste e humilhante” fazer uma greve de 45 dias para expor a precarização dos institutos federais e, logo depois, perceber que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Ministério da Educação (MEC) só funcionará depois das eleições. “Não podemos tolerar que o dinheiro da educação pública vá para a corrupção e nem aceitar o tratamento dado pelo governo federal aos institutos”, disse ele, ressaltando que os servidores estão há sete anos sem reajustes.

O líder sindical acrescentou que muitos colegas dessas unidades estão trabalhando em dois ou três empregos para conseguir se manter. “O servidor público precisa ser bem remunerado para prestar um bom serviço à população”, afirmou. Por fim, destacou que o Sindesepe e outros sindicatos

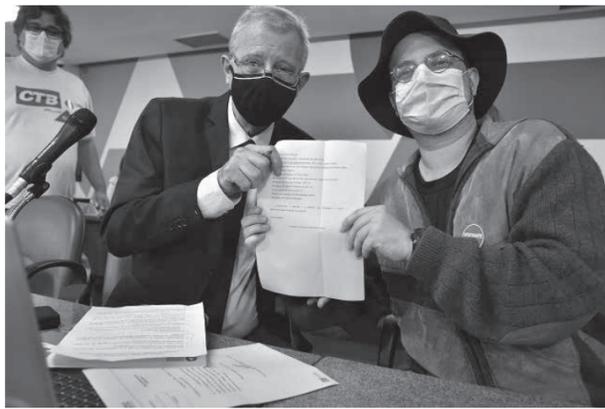
vão lutar pela revogação de várias medidas tomadas contra a educação, especialmente a Emenda Constitucional 95, que congelou os investimentos no setor.

Solange Rodrigues, que divide com Camargo a coordenação do Sinasefe, enfatizou outra luta empreendida pela entidade durante a pandemia: a resistência à abertura das escolas de forma presencial quando ainda não tinha chegado a vacina. Ela avaliou que a gravidade da situação social faz com que muitos defendam projetos eleitoreiros aprovados no Congresso, como o que amplia os auxílios e o que reduz o ICMS dos combustíveis. “A gasolina baixou um pouco de preço, mas quando reduzimos o ICMS, reduzimos o fundo nacional da educação. A estratégia do governo é colocar uma granada no nosso bolso para sermos obrigados a escolher: a gasolina ou a educação?”, criticou.

Rogério Fideles, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (Sindifes-MG) opinou que, para o governo Federal, “a educação é o pior inimigo, a última coisa em que ele pensa”. Servidor técnico-administrativo da UFMG, ele lembrou que sua categoria foi a primeira a ser chamada para voltar à universidade na pandemia, pois eles iriam preparar as unidades para a volta às aulas.

“Só que não foi possível, pois o governo cortou recursos e nos recusamos a voltar ao trabalho, em janeiro, até que houvesse condições de voltar. Agora, voltamos todos, mas percebemos que não recebemos o aumento prometido”, relatou. Por isso, os servidores fizeram 24 dias de greve reivindicando o aumento de 19,99%. “Ao final, o governo disse que usaria a verba do reajuste para essa PEC eleitoreira”, disse.

O deputado Betão, que requereu a audiência pública, destacou que servidores de institutos federais em 19 cidades mineiras aderiram



Sindicalista Pedro Camargo entrega carta de reivindicações ao deputado Betão



Para Josane Barbosa, do Ifet, as instituições estão sobrevivendo com o mínimo de servidores, o que afeta o aluno

à greve e que a categoria, mesmo após o fim do movimento, mantém o estado de greve. Ele registrou que no dia 5 deste mês foi realizado um ato nacional em Brasília (DF) contra o último contingenciamento feito pelo governo federal e em defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 96/19, que proíbe cortes e bloqueios no orçamento da educação.

O parlamentar também criticou o governo mineiro, que tem dois projetos classificados por ele como prejudiciais à educação: um que propõe a municipalização das escolas estaduais e outro que entrega a gestão delas a organizações sociais. “Estamos mostrando à população os vários ataques que estão sendo feitos à educação em níveis estadual e nacional”, afirmou.

Para Josane Geralda Barbosa, técnica-administrativa do Instituto Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Ifet-MG), campus Ouro Preto, o corte de verba de cerca de 55% foi desastroso para essas instituições. Pode representar o abortamento na construção de novas salas e laboratórios em campi novos ou a falta de recursos

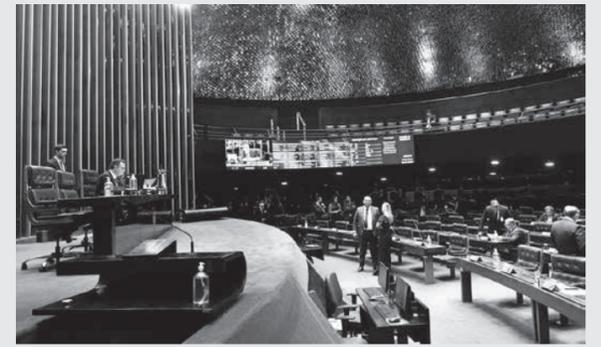
para reformas, causando a degradação das estruturas, e ainda, a redução de recursos para assistência estudantil em campi já prontos.

Ela lamentou que os sete anos sem qualquer possibilidade de acordo com o governo levou à perda de mais de 50% nos salários da categoria e à estagnação no seu plano de carreira. “Nossas instituições estão sobrevivendo com o mínimo de servidores, o que vai atingir o aluno, lá na ponta. Dá tristeza ver o descaso como somos tratados”, constatou ela, defendendo um projeto claro de nação, com investimentos maciços em educação, ciência e tecnologia.

Também participaram da audiência pública e apoiaram a causa dos servidores federais: o estudante Igor Silva, da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais; a servidora Sandra Perpétua, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Governador Valadares; e os professores Adelmo Oliveira, da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB-MG), e Andréa Carla, da Executiva Estadual da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas / Foto: Willian Dias).

AMM promete intensa pressão sobre a bancada mineira para a aprovação da PEC 122

“Precisamos da garantia de receitas para que os municípios tenham condições de bancar tantas despesas que estão sendo criadas com forte impacto financeiro e fiscal”, cobra Dr. Marcos Vinicius



A Associação Mineira de Municípios (AMM) inicia, nesta semana, um grande movimento de pressão à bancada mineira na Câmara dos Deputados para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 122/2015, considerada vital para a sobrevivência dos municípios brasileiros.

O presidente da AMM e prefeito de Coronel Fabriciano, Dr. Marcos Vinicius, teve uma reunião nesta segunda-feira (11) com o líder da Bancada Mineira e Líder da Maioria na Câmara, deputado Diego Andrade. A AMM está organizando, ainda, uma reunião dos prefeitos mineiros com os parlamentares. O presidente da entidade mineira está mobilizando os presidentes das demais associações estaduais para também pressionarem suas bancadas. A PEC 122/2015 proíbe a criação ou aumento de despesa para os municípios que não constam a devida receita na Lei Orçamentária Anual do Governo Federal. Ela já foi aprovada em comissões e está apta para votação pelo plenário da

Câmara dos Deputados.

Mesmo com a grande mobilização municipalista em Brasília no último dia 5 de julho, com a presença de mais de mil prefeitos, os deputados e senadores continuam aprovando pisos e despesas que irão inviabilizar a gestão fiscal das prefeituras. Se aprovadas, as medidas podem gerar cerca de R\$ 73 bilhões de prejuízos aos municípios.

“É um verdadeiro disparate. A gente foi a Brasília e, junto com a CNM, cobramos dos deputados, dos senadores e do Presidente da República e nada. Parece que somos mudos ou eles estão surdos. Repito que não somos contra qualquer piso. Só queremos que indiquem as fontes de receitas para o pagamento, aprovando a PEC 122. Os municípios não têm a mínima condição de arcar com essas ações eleitoreiras, sem pensar no futuro. Estão enganando as pessoas. É muito fácil criar despesas, mas e o dinheiro para pagar? Vamos para cima e mostrar à população o que realmente está acontecendo”, conclama o presidente da AMM.

Quartes

Lucimar Caitité

Lembrança p/ festas
Enfeites e acessórios p/
cozinha
Penduricalhos em geral
Pano de prato bordado a mão
Caixas p/ presentes
Tiaras p/ Criança

Rua Cabo Edson, 82 - São Francisco - Teófilo Otoni/ MG-
Fones: (33) 3522-2205 / 8809-8289 / 9164-2469
E-mail: lucimarcaitite@yahoo.com.br

DIÁRIO TRIBUNA
(33) 3523.4651 / (33) 98851-0806



José de Paiva Netto | Jornalista, radialista e escritor.
paivanetto@lbv.org.br | www.boavontade.com

A defesa de todos nós

maiores e mais influentes oradores da comunidade negra de seu país.

É evidente que, hoje, essa reflexão se aplica a toda a raça humana, o Capital de Deus, consoante se-

guramente desejava, na profundidade de seus anseios, o infatigável dr. Booker, cuja Alma vislumbrava um futuro em que o racismo, que considero um cancro social, não mais exista.

O renomado educador norte-americano Booker T. Washington (1856-1915) — primeiro presidente da lendária Tuskegee Normal and Industrial Institute (hoje Universidade de Tuskegee), no Alabama (EUA), que se dedicou a criar condições melhores de crescimento individual para os ex-escravos e seus descendentes e para os indígenas — escreveu: “Não há defesa ou segurança para nenhum de nós a não ser na mais alta inteligência e desenvolvimento superior de todos”.

A relevância das palavras deste que foi conselheiro de presidentes dos Estados Unidos fala por si mesma em virtude de seus incansáveis esforços e coragem. Não foi à toa que ele se tornou um dos

Número de brasileiros sem ter o que comer quase dobra nos últimos dois anos.
Fonte: Rede Pennsan, 2022

Ao colaborar com a LBV, você ajuda a combater a fome.

DOE AGORA!
Porque a fome não espera.

Pelo site: www.lbv.org | PIX Solidário: [pix@lbv.org.br](https://pix.lbv.org.br)

LBV • 72 ANOS •

XAVANTINHO



Por Humberto Barbosa

América ainda não marcou a data para sua peneirada



Segundo o assessor de imprensa do América, Edwaldo Mello Junior “Junão”, a diretoria do clube ainda não acertou data para a seletiva, ou peneirada que será realizada em nossa cidade. Poucos são os nomes revelados pelo clube. Kalu que já foi atleta do

América e de outros clubes no país e no exterior. Matheus Gonzaga, filho da terrinha, jogou no nosso América, Democrata de Sete Lagoas e Figueirense. Quanto à estreia do clube no dia 07 de agosto contra Montes Claros, tanto pode ser em Teófilo Otoni quanto

em Governador Valadares.

São frequentes os contatos com olheiros dos clubes por toda Minas Gerais. Agora recente o time fez um jogo treino na cidade de Frei Gaspar. Serviu para uma primeira avaliação em campo grande dos candidatos a vestir a camisa do dragão. A diretoria já tem alguns nomes, mas prefere aguardar as assinaturas de contratos. Também não foram revelados os atletas “prata da casa” a exemplo do que aconteceu ano passado. Gilmar Estevam tem livre trânsito por toda Minas Gerais atingindo o território carioca.

TRT-MG lança edital com 300 vagas para Residência Jurídica

Edital publicado nesta segunda-feira (11/07) abre processo seletivo público destinado a selecionar candidatos para o preenchimento de até 300 vagas existentes e à formação de cadastro de reserva para admissão ao Programa de Residência Jurídica do TRT-MG. Poderão concorrer bacharéis em Direito que tenham concluído o curso de graduação há no máximo cinco anos, ou que estejam cursando especialização, mestrado ou doutorado, mesmo que tenham mais de cinco anos de formado.

O TRT-MG é um dos pioneiros no Poder Judiciário a colocar em prática o Programa de Residência Jurídica, autorizado pela Resolução n. 439, de 7 de janeiro de 2022, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele é modalidade de ensino e pesquisa por meio do auxílio prático a magistrados e servidores da instituição no desempenho de suas atribuições. O seu objetivo é estimular a educação profissional continuada, ampliando os conhecimentos, as competências técnicas e as habilidades dos residentes, contribuindo com a sua inserção no mercado do trabalho e com o desenvolvimento moral e ético do profissional. Instituído no TRT-MG



pela Instrução Normativa GP n. 77, de 24 de março de 2022, o Programa terá abordagens prática e teórica, por meio de cursos promovidos pela Escola Judicial do Tribunal.

Jornada de trabalho e benefícios - Os selecionados para o Programa terão jornada de trabalho de seis horas diárias e 30 horas semanais, com a possibilidade de realizar as atividades de forma remota, a critério do magistrado orientador. O TRT-MG oferece bolsa-auxílio de R\$ 4 mil, mais auxílio-transporte de R\$ 12 pelos dias efetivamente trabalhados de forma presencial. O residente admitido participará do Programa por até 36 meses, não gerando vínculo de qualquer natureza com a instituição.

Inscrições e provas - As inscrições poderão ser feitas a partir desta segunda-feira (11/7) até às 14h do dia 28 de julho, no sítio eletrônico da Fumarc (www.fumarc.com.br), organizadora

do processos seletivo. O valor da inscrição é de R\$ 100. Questionamentos relacionados ao Edital poderão ser feitos diretamente à Fumarc, pelos telefones: (31) 3249-7403 / (31) 3249-7404 / (31) 3249-7455, nos dias úteis, das 9 horas às 17 horas.

Serão aplicadas provas objetiva de múltipla escolha e discursiva, no dia 21 de agosto, em turno único. A prova objetiva de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, abrangerá os conteúdos programáticos constantes do edital e conterá 50 questões com 4 alternativas. Já a prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, conterá duas questões abertas, sobre temas relacionados ao Conteúdo Programático de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho previsto no Edital. (Secretaria de Comunicação Social - Imprensa/Notícias Jurídicas - Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região).

DIÁRIO TRIBUNA
(33) 3523.4651 / (33) 98851-0806

Vitaly Almeida
Contabilidade & Rural
CRC MG-008.135/O

Paulo Sérgio Almeida Santos

Contador
CRC MG-058.693/O-8

Rua São Paulo, 270
Centro | Itambacuri | MG

(33) 3511-1456 | (33) 9.9135-1296

Rua Epaminondas Otoni, 363
Centro | Teófilo Otoni | MG

vitalyalmeida@gmail.com



contato@vitalyalmeida.srv.br

PRF registra acidente com tombamento de carreta na BR 116

A Polícia Rodoviária Federal registrou um acidente de trânsito na BR 116, próximo à comunidade da Jaqueira, município de Teófilo Otoni, na tarde de sexta-feira (08/07). Uma carreta seguia sentido à cidade de Itambacuri, quando o condutor perdeu o controle da direção, passou por uma canaleta à direita e tombou a carreta na via.

Segundo a PRF, por algum motivo o condutor perdeu o controle, mas a carreta não estava em alta velocidade, fato constatado por tacógrafo. O acidente ocorreu logo após o radar, uma reta, “onde normalmente já vem reduzindo, a sinalização é boa, mas por algum motivo, provavelmente o condutor perdeu a atenção, entrou na



canaleta, o veículo tombou” informou o PRF Guzzo.

O motorista teve escoriações leves e foi encaminhado a um hospital de Teófilo Otoni, pela equipe da

PRF, recebeu os atendimentos médicos e foi liberado. A PRF destaca que foi feita a sinalização do perímetro, e iria ocorrer o transbordo da carga. (Fotos: Elvis Passos)

Malacachetense é assassinado em Tiros, região do Triângulo Mineiro / Alto Paraíba

O crime aconteceu na Avenida José Ferreira Capetinga, Bairro Lagoinha, na cidade de Tiros, no Triângulo Mineiro/Alto Paraíba, na noite de sábado (09). A Polícia Militar fazia patrulhamento na cidade e a equipe deparou com Anderson Moreira Gomes, de 28 anos, natural de Malacacheta, caído no chão em frente à residência do suspeito de autoria do crime, um homem de 26 anos, com ferimento à facada no lado esquerdo do tronco, e com muito sangue espalhado pela via.

Uma testemunha que estava no local afirmou que viu a vítima caída e o suspeito correndo pela via sentido à Rua Ivo Amaral, e que vítima e suspeito trabalhavam com a mãe do suspeito que é “turmeira”, e que residiam na mesma casa. A vítima ainda estava respirando com dificuldade e em contato no Pronto Socorro Municipal informaram que a ambulância



demoraria aproximadamente 10 minutos, tendo a equipe PM mesmo socorrido e encaminhado a um hospital, mas o médico de plantão constatou o óbito.

O corpo de Anderson foi encaminhado ao IML de Patos de Minas para necropsia. Na calçada próximo ao corpo, os militares localizaram uma faca suja de sangue, e foi apreendida. Os militares foram infor-

mados por testemunhas e pela mãe do suspeito, que autor e vítima estavam na casa do suspeito consumindo bebida alcoólica e assando carne, e por motivo desconhecido o suspeito esfaqueou Anderson e fugiu. Não havia no imóvel qualquer sinal de luta. Até o fechamento da ocorrência o suspeito não havia sido localizado. (Ocorrência registrada pela PMMG).

Romaria para Bom Jesus da Lapa

Laurita, uma das auxiliares de dona Anita de Brito comunica que fará romaria para BOM JESUS DA LAPA no dia 15 de julho em ônibus confortável e hotel aconchegante. Tratar com LAURITA - celular 98837.4341 ou com WALTER celular 98885.9652.

Polícia Civil investiga a origem do balão que caiu sobre residências em Itambacuri

“Os autores, assim que forem identificados, responderão pelos crimes da lei ambiental, de dano e incêndio”, disse o delegado de Itambacuri, dr. Eduardo Gil



O fato aconteceu na noite de domingo (10/07), na Rua Coronel Francisco Bessa, Bairro Várzea, em Itambacuri. Uma equipe da Polícia Militar fazia patrulhamento pelo centro da cidade e avistou um balão de grandes proporções sobrevoando os arredores do Bairro Várzea, e percebeu que ele estava perdendo altitude rapidamente, fez o acompanhamento para uma possível intervenção em caso de sua queda e provocar acidente, e durante o deslocamento os militares foram informados que o balão havia caído na Rua Coronel Francisco de Bessa, incendiando a rede elétrica.

No local, os militares depararam com parte da rede elétrica em chamas e parte do balão também em chamas sobre o telhado de uma residência, e outra residência do outro lado da via também foi atingida, devido a grande proporção do balão, causando danos no telhado, cerca elétrica, placas solares, dentre outros danos. Parte da fiação de alta tensão estourou e ficou estendida sobre a calçada de uma residência.

Uma equipe do Cor-

po de Bombeiros de Teófilo Otoni foi ao local e o incêndio já havia sido controlado por populares. O sargento Otoni disse que sua equipe fez uma avaliação do local e o rescaldo para evitar uma reigniçã das chamas e maiores prejuízos. A Cemig também foi acionada porque houve o rompimento de cabos e precisava fazer a retirada dos destroços do balão e restabelecer a energia na localidade. Segundo a PM uma parte do balão que permaneceu intacta com uma imagem gravada em seu centro foi apreendida.

Investigações - O delegado de Polícia Civil de Itambacuri, dr. Eduardo Gil foi ao local e auxiliou no isolamento do perímetro para a segurança dos transeuntes que ali se aglomeraram. Em entrevista ao Diário Tribuna, nesta segunda-feira (11), dr. Eduardo disse que não houve a necessidade do comparecimento da perícia técnica, pois ele estava no local dos fatos e já havia colhido algumas evidências. Questionado se a Polícia Civil já teria informações da origem do balão, Gil informou que já iniciou as investi-

gações e o balão veio da direção de Campanário para Itambacuri, certamente passando por outras cidades antes de cair.

“Não sabemos ainda de onde foi solto, nem mesmo a capacidade de sobrevoação do balão, mas depende muito da carga combustível que o mantinha inflado, pois somente se mantém no ar enquanto tem carga para gerar ar quente para inflar o balão e permanecer mais leve que o ar para sobrevoar. No balão havia algumas evidências que podem nos levar a identificar os responsáveis pela soltura dele”, disse o delegado.

O dr. Eduardo ressaltou que a conduta de soltar balões é crime, está prevista na lei de crimes ambientais, no Art. 42, que prevê pena de até 03 anos de detenção e multa, além dos crimes causados em consequência da soltura, que neste caso foram os crimes de dano e incêndio, causados em consequência da queda do balão em rede elétrica e imóveis alheios. “Os autores, assim que identificados, responderão pelos crimes da lei ambiental, de dano e incêndio”, pontuou. (Fotos: Divulgação).

Doe sangue!
Plante amor.
Cultive esperança.
Colha vida.



Agende sua doação pelo
3529-1618

Campanha da
28ª Subseção-MG
Comissão da
OAB JOVEM

Justiça autoriza menina de 10 anos a jogar futebol em campeonato de colégio

A escola negou a inscrição da aluna, alegando que seria a única menina no torneio

O juiz Rodrigo Ribeiro Lorenzon, da Vara Regional do Barreiro, autorizou uma aluna de 10 anos a participar da trigésima edição do Jolim - Jogos Olímpicos do Colégio Santa Rita de Cássia, localizado no Barreiro de Baixo, em Belo Horizonte. A aluna, representada pela mãe, acionou a instituição de ensino na Justiça sob a alegação de que lhe foi negado o direito de participar do torneio de futebol do 30º Jolim.

A mãe da aluna disse que a escola negou a participação da filha nos jogos sob a justificativa de que “não seria permitida a participação de meninas no torneio” e, mesmo após a repercussão do caso na comunidade e manifestação por parte dos colegas na escola, as tentativas de negociação foram infrutíferas. Além

disso, a mãe afirmou que a filha já disputa partidas de futebol junto com os meninos na escolinha de futebol e também nas aulas de educação física da própria instituição.

Ao analisar o pedido, o juiz Rodrigo Ribeiro Lorenzon verificou que a participação da aluna no torneio não foi admitida “única e exclusivamente pelo fato de não haver equipe de meninas” e que tal decisão não encontra amparo no ordenamento jurídico. Ele citou o artigo 227 da Constituição Federal, que prevê como dever da família, da sociedade e do Estado, “assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação e ao lazer”, entre outros direitos.

Para o magistrado, não é razoável admitir que



Aluna de 10 anos do colégio havia sido impedida pela direção da instituição de se inscrever no campeonato de futebol - 30º Jolim (Crédito: Foto Ilustrativa/Pixneo)

a estudante seja impedida de participar de torneio de futebol (esporte que ela já pratica), apenas por não haver equipes femininas na disputa. Além disso, o caráter de competição do torneio não autoriza a alteração do tratamento da questão pela escola, que já permite que ela pratique o esporte com meninos, habitualmente, nas aulas

de educação física.

A liminar deferida determina que a requerida aceite a inscrição da autora no torneio de futebol “30º Jolim - Ed. Infantil ao Ens. Médio”, sob pena de multa de R\$ 20 mil, em caso de descumprimento da decisão. (Diretoria de Comunicação Institucional – Dircom - TJMG - Unidade Fórum Lafayette).

Polícia Civil apreende adolescente por força de mandado judicial

Jacinto - A Polícia Civil de Minas Gerais, por meio da 17ª Delegacia de Polícia Civil da cidade de Jacinto, no Vale do Jequitinhonha realizou na última quarta-feira (06/07), a busca e apreensão de um adolescente de 15 anos, em virtude de ter sido aplicada medida de internação provisória pelo Poder Judiciário contra ele.

O adolescente teria praticado diversos atos infracionais análogos a furtos

e roubos em Jacinto, tendo a Polícia Civil instaurado, concluído e remetido ao Poder Judiciário, vários procedimentos de apuração dos vários fatos que resultaram na aplicação da medida de internação provisória.

Ciente da ordem judicial, a equipe da Polícia Civil fez diligência e localizou o adolescente em sua residência, tendo o encaminhado, após os procedimentos de praxe,



à unidade do Sistema Socioeducativo em Teófilo Otoni. Polícia Civil de Minas Gerais: Instagram: @pcmg.official. Facebook:

@pcmgoficial. Twitter: @pcmgoficial. YouTube: @pcmgoficial. www.policia-civil.mg.gov.br. (Informações/Foto: PCMG)

Reynaldo Neves
Advogados Associados

Reynaldo do Carmo Neves
OAB/MG 61.093

Maria Beatriz C. Cicci Neves
OAB/MG 49.428

Paula Barreiros
OAB/MG 91.601

Julia Cicci Neves
OAB/MG 211.320.

Telefax: (33) 3536-3636
reynaldoneves.advs@uol.com.br

Rua Epaminondas Otoni, 958 - Sl. 207
Centro - Teófilo Otoni - MG
CEP: 39.800-013

LACERDA & KOURY
ADVOCACIA E ACESSORIA JURIDICA

Luísa Alves Lacerda
ADVOCADA - OAB/MG 152.098
(33) 8417-1812 - (33) 9321-9383

Larissa Tiberino Merelles Koury Pigo
ADVOCADA - OAB/MG 144.438
(33) 8603-5862 - (33) 9145-7134

laci@lck.com.br
Rua Anísio Almeida de Souza, 95, Sala 215,
Mangueira - Teófilo Otoni - MG
9100-90-001 - em frente ao Banco
(33) 3522-3671

Joacy Antônio Ribeiro
Advogado - OAB/MG 136.982

Gal: (33) 8811-8849 / 8411-7600
Tel: (33) 3531-5400
Barragem do Trabalhador - Centro - CEP: 39.800-013

AMUC

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
DA MICRORREGIÃO DO VALE DO MUCURI

AV. ALFREDO SÁ, 1769
TEÓFILO OTONI - MINAS GERAIS

Publicação Legal

Prefeitura Municipal de Padre Paraíso

PREFEITURA MUNICIPAL DE PADRE PARAÍSO/MG - AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2022 - O Município de Padre Paraíso/MG comunica que abrirá Processo Licitatório Nº. 085/2022, Modalidade Pregão Presencial Nº. 026/2022, cujo objeto é a aquisição de placas de aço inoxidável para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Padre Paraíso/MG. A Abertura será dia 26/07/2022 às 08h00min, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Padre Paraíso, Rua Prefeito Orlando Tavares, 10, Centro - CEP: 39.818-000. Informações: Tel/Fax: (33) 3534-1229 com Mirian Jardim Costa Reis – Presidente da CPL ou pelos e-mails: licitacaopp@gmail.com ou licitacao@padreparaiso.mg.gov.br.

Prefeitura Municipal de Padre Paraíso

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2022 - O Município de Padre Paraíso/MG comunica que abrirá PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 086/2022 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2022, cujo objeto é a aquisição de serviços de recarga de cilindros de oxigênio e regulador, para atender as demandas do Município de Padre Paraíso/MG. A Abertura será dia 26/07/2022 às 11h00min, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Padre Paraíso, Rua Prefeito Orlando Tavares, 10, Centro - CEP: 39.818-000. Informações: Tel/Fax: (33) 3534-1229 com Mirian Jardim Costa Reis – Presidente da CPL, pelos e-mails: licitacaopp@gmail.com ou licitacao@padreparaiso.mg.gov.br ou pelo site: padreparaiso.mg.gov.br.

Prefeitura Municipal de Padre Paraíso

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2022 - O Município de Padre Paraíso/MG comunica que abrirá Processo Licitatório Nº. 087/2022 Modalidade Pregão Presencial Nº. 028/2022, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de dedetização em todas as áreas internas e externas dos edifícios que compõem a Prefeitura Municipal de Padre Paraíso compreendendo além da mão de obra, o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços para atender as necessidades das Secretarias do Município de Padre Paraíso/MG. A Abertura será dia 27/07/2022 às 08h00min, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Padre Paraíso, Rua Prefeito Orlando Tavares, 10, Centro - CEP: 39.818-000. Informações: Tel/Fax: (33) 3534-1229 com Mirian Jardim Costa Reis – Presidente da CPL, pelos e-mails: licitacaopp@gmail.com ou licitacao@padreparaiso.mg.gov.br ou pelo site: padreparaiso.mg.gov.br.

GRÁFICA MODELO

Precisando de Serviços Gráficos!

Faça seu orçamento pelo WhatsApp **3522-3070**

Expediente

Um jornal Diário a serviço do nordeste de Minas - Fundado em 05 de agosto de 1969

Diretor Responsável: Wilmar Souza e Silva

Redação e Composição:
Rua Victor Renault, 737 - Fundos - Laerte Laender
39.803-151 • Teófilo Otoni • MG
Tribuna do Mucuri Ltda.
CNPJ: 17.709.734/0001-47 • (33) 98851-0806

Representante em Belo Horizonte:
André Francisco Oliveira Silva (98851-0805)

Jurídico:
Dr. Marcos Ganem
Advogados Associados
m.ganem@uol.com.br

Contábil:
Vitaly Almeida & Contadores Associados Ltda
vitalyalmeida@gmail.com

Colaboradores:
Alfredo Ferreira Filho; Dr. Hélio Pedro Soares;
José de Paiva Neto; Juliana Lemes da Cruz;

Dr. Jeferson Botelho Pereira; Paulo Sérgio Almeida Santos; Márcio Barbosa dos Reis.

Impressão:
Gráfica Três Vales
Rua Marcelo Guedes, 154
Cidade Alta - Teófilo Otoni

Desde 1969 **2** Anos

AMUC

**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
DA MICRORREGIÃO DO VALE DO MUCURI**

**AV. ALFREDO SÁ, 1769
TEÓFILO OTONI - MINAS GERAIS**

CIS

EVMJ

CONSÓRCIO DE SAÚDE

**Rua Santos Dumont, 30 - São Jacinto
Teófilo Otoni - MG - (33) 3522-2228**

Sinhá Chérie

Laços e Laçarotes

Sinhá Chérie chegou pra encantar a todos com lindas cores, lindos modelos exclusivos no mundo dos laços e laçarotes. Turbantes - modelos Tal Mãe Tal Filha, Lacinho Minizinho para recém-nascidos, são muitos modelos que as crianças vão se apaixonar e combinam com um montão de look.



Sinhá Chérie tem laços pra todas as ocasiões, pra todas as estações. Tem modelos escolares, para festas em geral, tiara adaptável, laço removível super prático e versátil e modelos personalizados. Diversos tamanhos. Não deixe sua filha fora do mundo **Sinhá Chérie**.



Facebook: [Sinhá Chérie - Laços e Laçarotes](#)
Instagram: [@sinhacherielacos](#)

Sinhá Chérie

Café Mucuri

(33) 3522-5260

**Av. Minas Gerais, 1650 - São Cristóvão
39804-710 - Teófilo Otoni - MG**

É mais puro e rende mais!

Transporte Legal

É mais seguro e constante, além de render recursos para o município. Gera mais benefícios sociais para você.

VALE DO MUCURY

Oportunidade de Emprego

Vaga para Secretária

Requisitos:

- Ensino médio completo
- Experiência com atendimento telefônico e presencial
- Conhecimento básico pacote office
- Boa Comunicação

Vaga para Vendedor

Requisitos:

- Ensino médio completo
- Carteira de Habilitação
- Conhecimento básico pacote office
- Experiência em vendas
- Boa Comunicação

Interessados enviar currículo para:

rhgraficamodelo1@gmail.com

GRÁFICA **modelo**

eSocial

ATENÇÃO!

**Empresários e Contadores,
Segurança e Medicina do Trabalho
É NA CDL TEÓFILO OTONI**

— PGR

— PCMSO

— ASO

— PPP

Fale com a gente ☎ **33 3529-1000**

CDL
Teófilo Otoni

Segurança e Medicina
do Trabalho CDL